

MAPEAMENTO E ANÁLISE DAS INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: PANORAMA, PERFIS E DESAFIOS

BEATRIZ BURG VIANA

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR)

GIOVANNA PEZARICO

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR)

Agradecimento à órgão de fomento:

Gostaria de expressar meu sincero agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio fornecido para a realização deste trabalho. Sua contribuição é fundamental para o fortalecimento da educação e para o avanço da pesquisa acadêmica e científica em nosso país.

MAPEAMENTO E ANÁLISE DAS INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: PANORAMA, PERFIS E DESAFIOS

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como propósito examinar a interseção entre a Educação Financeira e as Políticas Públicas no contexto brasileiro, buscando compreender as diferentes iniciativas de educação financeira existentes no país, bem como, suas características, o perfil das instituições envolvidas, as formas de financiamento e o público-alvo alcançado. Além disso, pretendeu-se identificar as principais tendências presentes nesse campo, a fim de fornecer subsídios para a análise de políticas públicas direcionadas à promoção da educação financeira.

Para alcançar esse objetivo, o processo de seleção e análise do corpus de pesquisa consistiu na análise dos materiais produzidos pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com destaque para o documento intitulado "Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira". A análise dessas iniciativas busca compreender em profundidade seu funcionamento e potenciais alcances, uma vez que essas informações foram originalmente coletadas no ano de 2018, para subsidiar o Conselho Nacional de Educação Financeira (CONEF) na elaboração do Selo ENEF, um certificado que reconhece as iniciativas que atendem aos requisitos mínimos de qualidade, e se justificam pela contribuição para a formulação de políticas públicas sobre o tema.

A compreensão do papel da Educação Financeira no contexto das Políticas Públicas é campo oportuno para a elaboração de análises relevantes para orientar ações e estratégias futuras nessa área. Ao identificar as principais tendências, razões e intenções, impulsiona-se um debate enriquecedor e embasa decisões fundamentadas que visam compreender com maior cautela as iniciativas de Educação Financeira e seu impacto na sociedade brasileira como um todo.

Neste sentido, para uma compreensão mais ampla acerca das condições emergentes relacionadas ao ingresso da Educação Financeira como elemento relevante nas agendas das políticas públicas, é importante considerar o momento histórico atual.

Os setores financeiros passaram por significativas transformações nas últimas décadas devido a novas realidades econômicas. A introdução dos primeiros computadores nos bancos na década de 1960 resultou em mudanças substanciais. Essa transformação digital reestruturou as operações bancárias colocando o sistema bancário brasileiro como pioneiro na adoção de tecnologias digitais e essa iniciativa tem sido reconhecida internacionalmente como uma referência em inovação e qualidade (FONSECA, MEIRELLES, DINIZ, 2010).

Nesse contexto, a digitalização financeira surge juntamente com narrativas que visam promover, expandir e democratizar a educação financeira. No entanto, essa construção incorpora argumentos alinhados aos interesses contemporâneos do mercado e dos Estados em relação à gestão da vida. Cardozo (2011) destaca que muitas pessoas, não possuem comportamentos voltados para a poupança ou investimento devido à falta de informações básicas sobre finanças, desconforto com a ideia de investir, dificuldade em abrir mão do consumo imediato e problemas relacionados a dívidas. Outros autores argumentam que os fundamentos da Educação Financeira estão ligados às políticas de renda, onde o aumento da renda é visto como uma forma de melhorar as condições de vida, e a poupança é um meio viável para alcançar esse objetivo (STEWART, 2015).

No entanto, Mészáros (2012) questiona essa abordagem, destacando que ela enfatiza a responsabilidade individual na solução de problemas sociais complexos, como a desigualdade financeira e a falta de acesso a recursos. Segundo o autor, essa perspectiva sustenta o sistema econômico global dominante, que promove a acumulação de riqueza nas mãos de poucos em detrimento da maioria. Além disso, a promoção da frugalidade individual não leva em

consideração as estruturas socioeconômicas e políticas que geram desigualdade financeira e restringem o acesso a recursos para a maioria das pessoas.

Portanto, é fundamental compreender que a educação financeira não pode ser abordada de maneira ingênua ou reducionista, limitada a ensinar as pessoas a economizarem e poupar. Nesse contexto, é importante analisar o papel da educação financeira numa perspectiva crítica sobre o sistema econômico na qual ela se engendra. A lógica do capital baseia-se na acumulação de riqueza e na exploração da classe trabalhadora, e a educação não deve apenas ensinar as pessoas a se adaptarem a essa lógica, mas também questioná-la e propor alternativas mais justas e equitativas.

Considerando tais premissas, é possível destacar elementos importantes sobre a Educação Financeira no Brasil como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), lançada pelo Governo Federal em dezembro de 2010 e renovada em junho de 2020, com o objetivo de promover a educação financeira e contribuir para as políticas de inclusão social no país. Em termos de propósitos, a ENEF pauta-se pelo fortalecimento a cidadania, fornecendo e apoiando ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras autônomas e conscientes, buscando desenvolver um comportamento de consumo mais consciente, com uso adequado de linhas de crédito e uma preparação para imprevistos, sendo que para alcançar esse objetivo, conta com o apoio de órgãos e entidades governamentais (ENEF, 2017).

A Educação Financeira tornou-se uma "prioridade política de longo prazo em muitos países e economias, sendo reconhecida como um complemento importante para a conduta de mercado, regulamentação prudencial e inclusão financeira" (OCDE, 2022, p.3). Em maio de 2020, mais de 70 países e economias ao redor do mundo estavam projetando e implementando estratégias nacionais de alfabetização financeira, por meio de iniciativas públicas e privadas.

Considerando as interações com a digitalização financeira e as transformações na sociedade, surgem novos desafios que requerem uma análise crítica da implementação da educação financeira. A facilidade de acesso ao crédito, o aumento da disponibilidade de produtos financeiros complexos e a necessidade de acompanhar constantemente as mudanças no mercado financeiro são exemplos de desafios enfrentados pelas pessoas. Ao mesmo tempo, a educação financeira desempenha um papel crucial no desenvolvimento de habilidades que promovam uma cultura de planejamento financeiro e contribuam para a construção de uma sociedade mais sustentável.

Em termos metodológicos, este estudo adota uma abordagem qualitativa e de pesquisa documental. A análise e seleção do corpus se basearam na leitura do material produzido pela ENEF, com foco no documento "Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira". A pesquisa documental foi escolhida por permitir uma abordagem conjuntural, focada nos fatos e gestos políticos desse mundo, sendo que ao analisar um documento, é importante considerar sua natureza e contexto autoral antes de tirar conclusões, desvendando os subentendidos presentes (CELLARD, 2012).

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo identificar, compreender e detalhar as diferentes iniciativas existentes no Brasil, analisando características, perfil das instituições envolvidas, formas de financiamento e público-alvo. O documento em análise tem em sua origem a demanda de fornecer dados que possam subsidiar o Conselho Nacional de Educação Financeira (CONEF) na elaboração do Selo ENEF, que certifica as iniciativas que cumprem os requisitos mínimos estabelecidos. Além disso, o mapeamento permite identificar as principais tendências no campo da educação financeira, permitindo tencionar suas razões, intenções e alcances.

Para tanto, o artigo está estruturado em três momentos específicos. O primeiro momento apresenta alguns aportes teóricos sobre educação financeira e políticas públicas. O segundo momento apresenta as análises realizadas sobre o mapeamento de iniciativas

relacionadas à Estratégia Nacional de Educação Financeira. O terceiro momento, por sua vez, elenca as principais sínteses produzidas pelo estudo.

2 PRINCIPAIS ANCORAGENS TEÓRICAS

2.1 Educação Financeira

A disseminação dos assuntos econômicos e financeiros na sociedade tem se tornado cada vez mais comum. Com o aumento da bancarização e da digitalização, a oferta de produtos e serviços financeiros tem se expandido, proporcionando o acesso a novas tecnologias de pagamento, crédito e investimentos. Para as organizações do setor, no entanto, muitas pessoas acessam essas novidades sem a devida orientação sobre seu uso adequado e a modalidade mais adequada para cada perfil. Essa falta de orientação e conhecimento implicaria na ampliação do risco de levar os indivíduos a fazerem uso irracional desses produtos, resultando em problemas financeiros e frustração em relação às promessas de bem-estar financeiro (PEREIRA, CAVALCANTE, CAMPOS, RIBEIRO, 2022).

Esses argumentos são recorrentes nas análises ao apontar questões fundamentais sobre a importância da educação financeira, como defendido pelo Banco Central do Brasil (2013, p. 4), que afirma que "todo cidadão pode desenvolver habilidades para melhorar sua qualidade de vida e de seus familiares por meio de atitudes comportamentais e conhecimentos básicos sobre gestão de finanças pessoais aplicados em seu dia a dia".

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reconheceu o conhecimento financeiro como uma ferramenta essencial para a recuperação econômica, o que levou a educação financeira a se tornar uma prioridade na agenda de governos de vários países, incluindo o Brasil. No entanto, apenas o apelo da OCDE não foi suficiente para despertar a atenção do governo, foi somente após eventos como a crise financeira global de 2008 e ações realizadas por outros países que a importância da educação financeira foi reconhecida como um problema e se tornou uma prioridade na agenda e uma política pública (RIBEIRO, 2020).

O Banco Central entende que investir em educação financeira e na formação dos cidadãos significa criar políticas que visem à sustentabilidade e ao crescimento no curto e longo prazo, garantindo a distribuição igualitária do conhecimento e dos recursos econômicos. Para a instituição, a qualidade das decisões financeiras tem um impacto direto no endividamento, na inadimplência e na capacidade de investimento do país (BACEN, 2013). Essa abordagem é reforçada por outros autores, como Mitchell e Lusardi (2015), que afirmam que decisões financeiras inadequadas podem levar a problemas financeiros graves ao longo da vida, afetando não apenas os economicamente vulneráveis, mas toda a população.

A importância da educação financeira também é reconhecida em 08 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas na Agenda 2030. A Agenda 2030 representa um plano de ação global para orientar esforços em direção a um futuro mais sustentável e resiliente. No contexto dessa agenda, a educação financeira desempenha um papel crucial na construção e consolidação de políticas e ações que visam o desenvolvimento sustentável. Ao influenciar o comportamento e as escolhas de consumo das pessoas, a educação financeira cria um ambiente propício ao equilíbrio e à sustentabilidade, alinhando-se com os objetivos da ONU. Isso reflete a preocupação com o conhecimento financeiro e reforça a importância da educação financeira na formação dos cidadãos (ONU, 2015).

Nesse sentido, para a educação financeira foi atribuído um papel relevante na construção e na consolidação das políticas e ações desenvolvidas, pois, ao moldar o comportamento e as escolhas de consumo dos indivíduos, cria um ambiente que favorece o

equilíbrio em todos os aspectos, característica essencial para a sustentabilidade dos impactos perseguidos pela ONU (FORTE, 2021).

Contudo, Mészáros (2012) argumenta que focar apenas na educação financeira individual, onde a responsabilidade de gerir as finanças recai inteiramente sobre cada pessoa, ignora as influências sociais e estruturais que afetam as condições financeiras das pessoas. Ele aponta que essa abordagem individualizada não leva em conta as desigualdades econômicas e sociais que dificultam para a maioria das pessoas alcançarem estabilidade financeira. Em vez disso, coloca toda a responsabilidade de resolver esses problemas nas pessoas, sem abordar as causas subjacentes, destacando que a educação financeira sozinha não é suficiente para resolver os problemas financeiros sistêmicos, especialmente aqueles causados pelo sistema capitalista global.

No entanto, apesar do reconhecimento da importância da educação financeira, existem desafios na construção de uma rede efetiva e esses desafios incluem a adaptação das políticas públicas a diferentes realidades locais, sendo importante compreender que a educação financeira está inserida num campo atravessado por tensões, envolta em contextos e pretextos distintos, que por vezes parecem beneficiar concreta e simbolicamente segmentos privilegiados em detrimento de sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidades e desigualdades.

2.2 Políticas Públicas de Educação Financeira

A discussão em torno da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) implica em compreender que essa iniciativa se tornou parte da agenda política ao ser reconhecida como um problema público. Um problema público é caracterizado pela discrepância entre uma realidade atual e uma realidade desejada, e a política pública é o campo de conhecimento que visa colocar o governo em ação, analisar suas ações e, se necessário, propor mudanças. Se um problema é identificado e há interesse na sua resolução então há um esforço para que ele entre na lista de prioridades e essa lista de prioridades é conhecida como agenda. As agendas mostram as prioridades e na sequência deve-se verificar como essas prioridades serão resolvidas, quais decisões serão tomadas e como implementá-las como política pública (SECCHI, 2012).

A disciplina de políticas públicas surgiu no final do século XX como uma resposta à necessidade de desenvolver um entendimento mais aprofundado sobre a formulação, implementação e avaliação das políticas governamentais. Ela busca analisar as escolhas feitas pelos governos em relação à alocação de recursos públicos e avaliar o impacto dessas políticas na sociedade e no meio ambiente (SOUZA, 2006).

A área de políticas públicas foi influenciada por diversos fatores, como a complexidade crescente dos problemas sociais e ambientais, a expansão dos estados de bem-estar social, a globalização econômica e a demanda por transparência e prestação de contas no processo decisório do governo. Além disso, ela foi enriquecida por contribuições de outras disciplinas, como Economia, Ciência Política, Sociologia, Psicologia e Direito. Enquanto nos Estados Unidos a disciplina de políticas públicas foi influenciada pela economia e pela teoria da escolha racional, que enfatiza a análise de custos e benefícios, na Europa ela recebeu influências mais críticas, como a teoria crítica e o marxismo, que destacam a importância da análise das estruturas de poder e das desigualdades sociais na formulação e implementação das políticas públicas (SOUZA, 2006).

A inclusão da educação financeira na agenda política de diversos países, incluindo o Brasil, reflete a importância atribuída a essa questão para a sociedade atual. Embora haja limites para a intervenção estatal, a necessidade da educação financeira para as populações

tem sido considerada indiscutível, justificando-se sua presença na agenda política (FORTE, 2021).

No entanto, a implementação de políticas públicas ocorre em uma arena política onde as relações de poder são mediadas por vários atores. Para que a sociedade se beneficie das políticas públicas, é fundamental a participação ativa da população, com o Estado fornecendo as ferramentas necessárias para essa participação efetiva em todas as etapas (MONTEIRO, 2022).

Movimentos sociais e organizações civis desempenham um papel importante na formulação e execução de políticas públicas, sendo muitas vezes seus principais defensores e executores. Sua participação é crucial para tornar as políticas mais inclusivas, equitativas e eficazes. É necessário envolver ativamente diferentes atores sociais para garantir a efetividade e a justiça das políticas públicas. Além disso, as políticas públicas devem ser construídas em conjunto com a sociedade civil e as comunidades afetadas, adaptando-se às necessidades e realidades locais. Elas devem ser concebidas como uma forma de transformação social, considerando não apenas os efeitos imediatos, mas também as implicações de longo prazo e seu papel na construção de uma sociedade mais justa e democrática (SANTOS, 2002).

No contexto da educação financeira, no Brasil, a política pública teve início com a criação do Programa de Educação Financeira pelo Banco Central, no ano de 2010, com o objetivo de promover a educação financeira entre a população, especialmente jovens e adultos considerados de baixa renda. Desde então, evoluiu com ações do governo, setor financeiro e sociedade civil, culminando na criação da Política Nacional de Educação Financeira.

A ampliação da oferta de produtos e serviços financeiros adequados a cada indivíduo, bem como a promoção e o uso consciente desses recursos, são objetivos fundamentais das políticas de educação financeira. A questão da vulnerabilidade dos consumidores é relevante, e diversos países adotam leis e regulamentos para abordar essa questão. As instituições financeiras têm a responsabilidade de reconhecer e lidar com a exposição ao risco dos clientes, levando em consideração suas vulnerabilidades e tomando medidas para garantir tratamento justo e equitativo, além de mitigar os riscos relacionados à falta de compreensão e baixo conhecimento financeiro dos clientes.

Nesse sentido, o Banco Central assume a responsabilidade de garantir o cumprimento das políticas de gestão de vulnerabilidades dos clientes, incentivando a inovação no sistema financeiro e promovendo uma cultura organizacional que valorize o relacionamento cooperativo e equilibrado com os clientes. A democratização financeira tem sido um dos principais objetivos do Banco Central, buscando ampliar o acesso a produtos e serviços financeiros, disponibilizar crédito mais acessível a um maior número de pessoas e aumentar a transparência no Sistema Financeiro Nacional. Além disso, o desenvolvimento tecnológico é uma das estratégias para elaborar soluções estruturais e facilitar a prestação de contas das ações do Banco Central em diferentes prazos (RELATÓRIO DE ECONOMIA BANCÁRIA, 2021).

No que diz respeito à sua justificativa, a importância da educação financeira foi oficialmente reconhecida pela OCDE em 2008, quando lançou um projeto fortalecido com a criação da Rede Internacional de Educação Financeira (OCDE/INFE). Esse reconhecimento foi impulsionado pela crise econômica ocorrida naquele mesmo ano, o que destacou a relevância da educação financeira. No Brasil, o debate sobre a educação financeira foi motivado pela OCDE, que defende sua importância não apenas entre os 35 países membros, mas também em um grupo mais amplo de 140 países desenvolvidos e em desenvolvimento, do qual o Brasil faz parte através do Banco Central do Brasil (BCB) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (PEREIRA; CAVALCANTE; CAMPOS; RIBEIRO, 2022).

Nesse contexto, a educação financeira é definida como um processo no qual os indivíduos aprimoram sua compreensão sobre conceitos e produtos financeiros por meio de

informação, formação e orientação, onde desenvolvem os valores e habilidades necessários para tomar decisões mais conscientes sobre as oportunidades e riscos financeiros (OCDE, 2005).

Em 2009, o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC), integrado pelo Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social (PREVIC), apresentou um rascunho propondo a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Em dezembro de 2010, o Decreto Presidencial nº 7.397 estabeleceu formalmente, juntamente com o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) a estratégia orientadora no país. O CONEF é responsável pela governança estratégica da ENEF, na medida em que define planos, programas, ações e estabelece metas para o planejamento, financiamento, execução, avaliação e revisão da ENEF. Ele é constituído de sete órgãos e entidades governamentais e quatro organizações da sociedade civil (ROMERO, 2019).

No Brasil, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi criada como uma política de Estado pelo Governo Federal, com o objetivo de promover a educação financeira e previdenciária em linha com as políticas de inclusão social do país. A estratégia busca fortalecer a cidadania, fornecendo aos brasileiros conhecimentos sobre previdência e sistema financeiro (MEC, 2016).

Muitas das ações da ENEF podem ser replicadas por organizações interessadas em promover à educação financeira no Brasil. A estratégia estabelece sete diretrizes principais para essas ações, incluindo: atuação permanente e nacional, gratuidade, prevalência do interesse público, atuação por meio de informação, formação e orientação, centralização da gestão e descentralização da execução, parcerias com órgãos públicos e instituições privadas, avaliação e revisão periódicas. A principal proposta da ENEF é disseminar a educação financeira entre crianças, adultos e aposentados por meio de programas específicos. Até o momento, a estratégia conta com três programas: Educação Financeira nas Escolas, Educação Financeira de Adultos e a Semana Nacional de Educação Financeira (ENEF, 2017).

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi criada no Brasil com o objetivo de promover a educação financeira e previdenciária, alinhada às políticas de inclusão social do país. O Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) foi estabelecido para coordenar e executar a ENEF, desenvolvendo planos, programas e ações. A estratégia busca disseminar a educação financeira em escolas de nível fundamental e médio, bem como entre aposentados e mulheres beneficiárias do Bolsa Família. No entanto, o CONEF foi substituído pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) por meio do Decreto nº 10.393/2020, que estabeleceu a "nova Estratégia Nacional de Educação Financeira". O FBEF é composto por diversas entidades governamentais, como o Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Superintendência de Seguros Privados, Secretaria Nacional do Consumidor, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Previdência e Ministério da Educação. Essa mudança ampliou a participação de atores e a abrangência da nova estratégia, incluindo também a educação securitária, fiscal e previdenciária.

Para mensurar o alcance dessas políticas, foram desenvolvidos indicadores como o Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (ISFB/FEBRABAN) e a plataforma de educação financeira "Meu Bolso em Dia". O ISFB é uma ferramenta gratuita que permite aos cidadãos avaliarem sua saúde financeira, comparando-a com a média nacional e identificando vulnerabilidades. Já a plataforma "Meu Bolso em Dia", resultado de uma cooperação técnica entre o Banco Central do Brasil e a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), oferece

trilhas de aprendizagem personalizadas de acordo com o Índice de Saúde Financeira do usuário (RELATÓRIO DE ECONOMIA BANCÁRIA, 2021).

Essas iniciativas representam avanços no campo da educação financeira no Brasil, contribuindo para a promoção da inclusão financeira e o desenvolvimento de políticas públicas mais direcionadas às necessidades dos cidadãos. No entanto, é importante considerar que a educação financeira precisa ir além do ensino de habilidades técnicas e questionar as estruturas e valores do sistema financeiro vigente. A literatura acadêmica destaca a necessidade de uma abordagem crítica da educação financeira, que examine as causas da desigualdade financeira e capacite as pessoas a se engajarem na transformação de um sistema mais justo e sustentável.

A eficácia das políticas públicas de educação financeira é amplamente debatida na literatura acadêmica, e um desafio importante é avaliar o impacto dessas políticas no comportamento e na situação financeira das pessoas. Apenas fornecer informações financeiras pode não ser suficiente para promover mudanças significativas, sendo necessário adotar abordagens mais abrangentes, que envolvam incentivos e mecanismos de apoio aos comportamentos financeiros saudáveis.

Além disso, é fundamental considerar a diversidade cultural e socioeconômica do país ao elaborar políticas públicas de educação financeira. Diferentes grupos populacionais têm necessidades e desafios específicos em relação ao gerenciamento financeiro, e políticas eficazes devem ser adaptadas para abordar essas diferenças de forma adequada.

Portanto, a promoção da educação financeira por meio de políticas públicas pode ser uma iniciativa relevante, contudo é também relevante discutir suas apropriações no contexto de estabelecer processos de responsabilização ou culpabilização de sujeitos vulneráveis no contexto social contemporâneo.

3 DISCUSSÕES SOBRE O MAPEAMENTO DAS INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O mapeamento realizado em abril de 2018 sobre as iniciativas de educação financeira no Brasil tinha como objetivos principais caracterizar e compreender o funcionamento dessas iniciativas, além de fornecer dados para a elaboração do Selo ENEF para aquelas que cumprissem os requisitos mínimos além de subsídios à formulação de políticas públicas mais eficazes e direcionadas, com o objetivo de promover a inclusão financeira e bem-estar da população.

Inicialmente, a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil) elaborou um questionário específico para coletar informações relevantes sobre as instituições envolvidas. Em seguida, esse questionário foi estruturado em uma plataforma digital e passou por análises conduzidas pelo Plano CDE, pesquisa com foco em impacto social para as classes CDE. Para a divulgação foram adotadas estratégias abrangentes sendo o link do questionário enviado para três grupos de contatos distintos, primeiramente, a lista de contatos da AEF-Brasil, a lista de contatos relacionados à educação e inclusão financeira do Plano CDE e por fim, os parceiros do Plano CDE foram incentivados a divulgar o questionário para suas redes.

A coleta de dados ocorreu no período compreendido entre 02/02/2018 e 30/03/2018 e durante esse tempo o questionário foi enviado diretamente para mais de 25 mil contatos por e-mail. Além disso, mais de 10.000 pessoas foram impactadas através das redes sociais e da newsletter do Plano CDE, bem como, por meio da divulgação realizada pelos parceiros.

Essa metodologia permitiu uma abrangência significativa na obtenção de respostas, alcançando tanto contatos diretos quanto um público mais amplo por meio das redes sociais e da newsletter. O processo de cadastramento foi estruturado de forma a facilitar a participação das instituições interessadas, buscando obter informações abrangentes e relevantes para a

análise posterior dos dados (MAPEAMENTO NACIONAL DAS INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, 2018).

Os resultados do mapeamento revelaram um aumento significativo no número de iniciativas mapeadas em comparação relatório elaborado em 2013. Em 2018, foram mapeadas 1.383 iniciativas, enquanto que em 2013 foram registradas apenas 803, um aumento de 72%. Houve também um aumento significativo no número de cadastros realizados, passando de 317 em 2013 para 526 em 2018. Esses dados indicam um crescimento expressivo de mais de 65% na participação e engajamento evidenciando um maior interesse no desenvolvimento de iniciativas sobre o tema.

A partir do relatório, é possível verificar que aproximadamente 80% das inscrições foram provenientes de instituições, Pessoas Jurídicas, enquanto os outros 20% corresponderam à participação de Pessoas Físicas. Ao analisar o perfil dos inscritos para o desenvolvimento de ações voltadas à Educação Financeira, observa-se que as Pessoas Jurídicas (PJ) desempenham um papel dominante nas iniciativas de educação financeira, representando a maioria das inscrições. Embora tenha havido uma pequena diminuição na participação comparando 2013 a 2018 essa queda ainda é relativamente pequena, indicando que as organizações continuam desempenhando um papel significativo nesse campo, em contraste com a participação das Pessoas Físicas (PF) que aumentou ligeiramente as inscrições. Embora essa proporção tenha aumentado, ainda é um número relativamente baixo em comparação com as instituições PJ, sugerindo que o envolvimento individual na educação financeira ainda não é tão expressivo.

Quanto ao perfil das instituições participantes no ano de 2018, observou-se que a maioria das iniciativas foi registrada por instituições públicas (50%) sendo que cerca de metade delas eram escolas, faculdades ou instituições ligadas ao setor educacional. Houve também um aumento significativo de iniciativas do terceiro setor (28%) e uma diminuição das iniciativas de instituições privadas (21%).

Tabela 1 - Perfil das Instituições

Instituições PJ	2013	2018	Instituições PJ	2018
Instituição Pública	32%	50%	Escola/Faculdade/Setor de Educação	49,40%
Terceiro Setor	14%	28%	Serviços	36%
Instituições Privadas	54%	21%	Comércio	0,60%
			Indústria	0,20%
			Não se aplica	13,80%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira (2018, p. 09).

Observa-se um cenário interessante em relação ao perfil dos profissionais inscritos. Entre os profissionais que se cadastraram como Pessoa Física (PF), houve um significativo aumento de profissionais da área de educação, especialmente professores. Em comparação aos dados de 2013, houve uma queda expressiva no número de profissionais da área financeira, que representavam 65% naquele ano, reduzindo para 48% em 2018. Por outro lado, os profissionais da área de educação aumentaram consideravelmente e correspondiam a 43% dos inscritos em 2018.

Esses números refletem uma mudança de perfil das iniciativas mapeadas, indicando que metade delas são provenientes da área de educação, incluindo escolas, professores e secretarias de educação. Isso revela um maior envolvimento e engajamento do setor educacional na promoção da educação financeira. Em relação ao perfil geral dos inscritos, considerando tanto Pessoa Física quanto Pessoa Jurídica, cerca de 48% são ligados à área de educação, enquanto os outros 52% estão relacionados a áreas que não são voltadas para a educação.

Essa proporção indica um forte interesse e comprometimento por parte das instituições públicas e indivíduos ligados ao setor educacional em abordar a educação financeira como parte do currículo escolar e das atividades educativas. Dessa forma, é crucial verificar as formas pelas quais a EF tem sido apropriada no âmbito escolar.

Houve um aumento significativo no número de iniciativas gratuitas sem fim comercial em comparação com o último mapeamento. Especificamente, houve um aumento considerável, no qual esse tipo de iniciativa foi ampliada de 36% do total em 2013 para atingir impressionantes 80% em 2018. Além disso, o mapeamento também revela que um pequeno percentual de (7%) das iniciativas gratuitas tem uma finalidade comercial, ou seja, têm o objetivo de vender produtos ou serviços relacionados à educação financeira. Embora essa abordagem possa ser compreendida como uma maneira de sustentar financeiramente as iniciativas e garantir sua continuidade é importante analisar cuidadosamente como essa finalidade comercial pode influenciar a imparcialidade e a objetividade das informações e orientações oferecidas aos indivíduos. De certa forma, tal situação desperta o interesse de verificar quais intenções ou retornos indiretos estão atrelados a tais práticas.

Outro ponto relevante é que uma pequena porcentagem das iniciativas (4%) é paga, o que significa que há um custo associado para participar desses programas ou ter acesso aos recursos educacionais oferecidos. Essas iniciativas podem oferecer conteúdos e serviços de maior valor agregado ou um suporte mais personalizado, mas também podem limitar o acesso a um público mais amplo, especialmente aqueles que têm recursos financeiros limitados.

Tabela 2 - Formas de Financiamento

Forma de Pagamento	Representatividade	2013	2018
Gratuito sem finalidade comercial	80%	36%	80%
Gratuito com divulgação de patrocinadores	9%		
Gratuito com finalidade de venda de produtos	7%		
Paga	4%		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira (2018, p.13).

O documento demonstra também, que nos últimos anos, houve um aumento significativo no número de iniciativas em escolas, o que resultou em uma maior proporção de iniciativas apenas presenciais. Em 2013, as iniciativas apenas presenciais representavam 45% do total, enquanto em 2018 esse número aumentou para 60%. Por outro lado, as iniciativas apenas virtuais apresentaram uma leve queda, passando de 17% em 2013 para 12% em 2018. Já as iniciativas que combinam formatos presenciais e virtuais diminuíram de 37% em 2013 para 28% em 2018. Todavia, tais dinâmicas podem ter sido alteradas profundamente pelo contexto estabelecido pela pandemia de COVID-19.

Observa-se que as iniciativas digitais ou híbridas tendem a atingir um maior número de beneficiários. Essas iniciativas utilizam diversos meios para disseminar informações, sendo os videoblogs geralmente associados a sites e perfis em redes sociais. Entre as formas de acesso, o uso de sites é o mais comum, alcançando 69% das iniciativas, seguido pelas redes sociais (53%), videoblogs (30%), mensagens e contatos telefônicos (30%), blogs (19%), aplicativos (13%), softwares (8%), webséries (7%) e jogos (5%).

É importante destacar que a maioria das iniciativas virtuais disponibiliza conteúdo gravado e promove interação entre os participantes. No entanto, grande parte dessas iniciativas não se beneficiam das leis de incentivo existentes. A medição de impacto nesse contexto se resume principalmente ao controle de audiência. As plataformas de análise de audiência são utilizadas por 54% das iniciativas, seguidas pelo número de conclusões no curso (24%) e número de inscrições (23%). No que diz respeito ao uso de leis de incentivo, a maioria das iniciativas (83%) não se beneficia delas e apenas 17% das iniciativas utilizam alguma forma de incentivo, sendo que 30% dessas são instituições públicas.

Quanto às iniciativas presenciais, os formatos mais comuns são palestras e aulas expositivas. Os seminários, palestras e encontros representam 69% dessas iniciativas, com 40% delas ocorrendo em escolas. As aulas expositivas correspondem a 65% das iniciativas presenciais, sendo que 66% delas ocorrem em escolas. Outros formatos incluem cursos de curta duração (31%), concursos e prêmios (6%) e outras formas não especificadas (8%).

3.1 Iniciativas em Escolas

O acompanhamento realizado indica que as iniciativas de educação financeira estão concentradas principalmente nas escolas públicas, de acordo com os números apresentados e isso pode ser explicado por diversos fatores. Primeiramente, observa-se um aumento significativo das instituições públicas inscritas em relação ao mapeamento anterior. Ainda, outro fator que contribui para a concentração das iniciativas de educação financeira nas escolas públicas é o perfil dos profissionais envolvidos, pois houve um grande aumento de profissionais de educação inscritos, principalmente professores.

O enfoque predominante nas iniciativas escolares recai sobre escolas públicas, sendo que quase 90% das iniciativas mapeadas são provenientes dessas instituições. Em relação ao tipo de escola inscrita, 78% são escolas públicas, 7% são escolas privadas, 6% são universidades públicas, 2% são secretarias de educação, 1% são universidades privadas e 1% são escolas técnicas.

Tabela 3 - Perfil do Público

Sua iniciativa é direcionada a alguma comunidade específica?	Qual o setor das instituições para quem sua iniciativa é direcionada?	Setor de Educação
Escola/Faculdade/Universidade 88%	Todos (sem distinção de setor) 52%	Ensino Fundamental 53%
Indivíduos diretamente 77%	Escola / Faculdade / Universidade 40%	Ensino Médio 14%
Públicos Específicos não citados 13%	Prestação de serviços 10%	Ensino Superior 4%
Sindicato 7%	Comércio 6%	EJA 4%
Educação índios e quilombolas 2%	Indústria 4%	
	Agropecuária e agricultura familiar 4%	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira (2018, p.40).

Quanto ao cargo na instituição do responsável pelo registro das iniciativas, 42% são diretores, 16% são professores, 16% são coordenadores pedagógicos, 12% são outros gestores, 3% são supervisores escolares, 2% são da Secretaria de Educação e 10% são classificados como outros.

A educação financeira é abordada de forma transversal nos currículos escolares, conforme relatado por 92% das iniciativas, significando que o tema é integrado às diferentes disciplinas e não é tratado de forma isolada.

Em relação ao conteúdo de educação financeira apresentado nas escolas e instituições, em 80% dos casos, o conteúdo é ministrado para mais da metade dos alunos. Entre as opções, 42% dos casos o conteúdo é obrigatório, 38% são eletivas com a participação de 50% ou mais dos alunos, e 20% são eletivas com a participação de menos de 50% dos alunos (MAPEAMENTO NACIONAL DAS INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, 2018).

Esses números evidenciam a predominância das escolas no desenvolvimento de iniciativas de educação financeira, com a inclusão do tema de forma transversal nos currículos. No entanto, também revelam a necessidade de oferecer cursos de capacitação para os profissionais envolvidos e aprimorar a participação dos alunos nas atividades relacionadas à educação financeira.

Embora as iniciativas de Educação Financeira estejam presentes no dia a dia das escolas, apenas 30% delas receberam capacitação das Secretarias de Educação. Quanto à organização do conteúdo, o tema da Educação Financeira está presente em 77% das reuniões de planejamento das escolas e em 60% dos Projetos Político-Pedagógico (PPP). Além disso, 62% das iniciativas contam com materiais específicos fornecidos, e 31% delas receberam capacitação promovida pela Secretaria de Educação. São destaques, por exemplo, as ações realizadas no Estado do Tocantins e Rio Grande do Sul. A maioria dos professores (67%) conhece o material da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

Quanto à formação dos professores, 59% deles já fizeram algum curso relacionado à Educação Financeira, sendo que esses cursos são geralmente gratuitos. Esses números indicam que, embora haja um apoio considerável por parte das Secretarias de Educação e uma presença das iniciativas de Educação Financeira nas escolas, ainda existem desafios a serem superados. A variação entre os estados na oferta de apoio, à falta de capacitação abrangente da Secretaria de Educação e a dependência de materiais específicos fornecidos são pontos que requerem atenção.

As iniciativas estão concentradas principalmente nos eixos de orientação e informação, onde 55% delas estão no eixo de orientação, enquanto 46% estão no eixo de informação e 41% no eixo de formação. No que diz respeito aos temas abordados, cerca de 90% das iniciativas focam em informações do dia-a-dia financeiro e 85% abordam informações financeiras básicas.

Tabela 4 - Eixos de Ensino

	Orientação	Informação	Formação
Orientação	55%	56%	37%
Informação	47%	46%	32%
Formação	28%	29%	41%
Base	369	309	277

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira (2018, p.46).

Dentre as iniciativas em escolas, destacam-se os temas relacionados aos meios de pagamento (74%), defesa do consumidor (63%), consumo consciente (95%) e ferramentas de organização financeira (84%). No eixo de formação, o comportamento empreendedor é o tópico principal, presente em 76%. Quanto aos materiais utilizados, 87% das iniciativas fazem uso de ferramentas tecnológicas, como computadores, e 59% utilizam materiais impressos, como jornais e revistas. Jogos educativos são utilizados em 40% das iniciativas, e 40% delas utilizam materiais gratuitos produzidos pela ENEF, incluindo livros didáticos especialmente por professores. Os temas tratados nas iniciativas incluem mudança de comportamento financeiro (76%), planejamento (67%), consumo (60%) e poupança (46%). As iniciativas educacionais têm um maior foco nos direitos do consumidor (MAPEAMENTO NACIONAL DAS INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA, 2018).

Tabela 5 - Materiais Utilizados

Materiais utilizados		Quais materiais da ENEF	
Ferramentas tecnológicas (computador)	87%	Livros didáticos Ensino Médio	22%
Materiais impressos (jornais, revistas)	59%	Livros didáticos Ensino Fundamental	22%
Materiais on-line	54%	Plataforma Vida e Dinheiro	17%
Jogos educativos	40%	Curso de Educação a Distância	12%
Materiais gratuitos produzidos ENEF	40%	Sua Escola, Nossa Escola (TV Escola)	8%
Uso de música	34%	Web Série R\$100 Neuras (TV Escola)	7%
CD/DVD	27%	Tecnologias Sociais para Adultos	3%
Outros Livros Didáticos Pagos	21%		
Outros	26%		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira (2018, p.51).

As formações em geral incluem conteúdos além da formação financeira onde cerca de 58% das formações abordam tanto conteúdos de formação financeira quanto outros conteúdos, enquanto 42% são centradas apenas na formação financeira.

Esses números revelam a diversidade de temas e abordagens nas iniciativas de educação financeira. No entanto, é importante avaliar a qualidade e efetividade dessas iniciativas, bem como garantir que os conteúdos sejam ministrados de forma adequada e pelos profissionais capacitados.

CONCLUSÃO

A partir da análise do documento, evidencia-se o reconhecimento da educação financeira como tema que adentra o contexto da agenda da política pública, tendo em vista o perfil de instituições envolvidas, bem como, o número de ações realizadas. A crise econômica mundial, o aumento do endividamento e o crescente consumo de produtos financeiros levaram o Estado a incluir a educação financeira na agenda como política pública, entretanto, a parceria significativa com instituições financeiras levanta questionamentos sobre as intenções dessas ações.

O mapeamento das iniciativas de educação financeira no contexto das políticas públicas brasileiras revela reflexões relevantes que podem orientar ações futuras e a análise dos números apresentados permite tirar conclusões importantes sobre os desafios e oportunidades nessa área específica.

Um dos pontos a serem explorados com maior atenção é a inclusão da educação financeira nas escolas, tendo em vista potenciais razões e intenções estabelecidas assim como a formação adequada dos professores.

O terceiro setor desempenha um papel importante na promoção da educação financeira, preenchendo lacunas deixadas por instituições públicas e privadas. No entanto, a falta de regulamentação clara e de padrões de qualidade pode comprometer a efetividade dessas iniciativas. A sustentabilidade financeira também se apresenta como um desafio, pois muitas organizações dependem de fontes de financiamento voláteis e limitadas.

Verifica-se um interesse das pessoas jurídicas na educação financeira, porém, há questionamentos sobre as intenções que atravessam essas ações, como o enfoque no potencial lucrativo que pode comprometer o aspecto educacional da educação financeira, priorizando a promoção de produtos financeiros em detrimento de uma formação abrangente e imparcial, sendo importante questionar as motivações dessas instituições e refletir sobre seu compromisso com a formação dos indivíduos.

A avaliação rigorosa dos resultados e o estabelecimento de indicadores claros são necessários para mensurar o impacto dessas iniciativas. A inclusão financeira surge como um ponto crucial, e estratégias diferenciadas devem ser implementadas para atender grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, inclusive, é fundamental adaptar as abordagens às realidades regionais, considerando as particularidades locais e promovendo uma maior efetividade das ações.

Embora a educação financeira seja uma oportunidade para o desenvolvimento social e econômico, é necessário problematizar os processos contemporâneos relacionados a ela. A ênfase na culpabilização e responsabilização individual pode comprometer sua efetividade sendo importante superar as barreiras do mero acúmulo de conhecimento e promover a compreensão e aplicabilidade do conteúdo pelos indivíduos.

Estudos futuros podem contribuir para aprimorar as políticas públicas de educação financeira, investigando a relação entre educação financeira e outros fatores, como relações de trabalho, saúde e renda em contextos de incerteza. Essas pesquisas podem proporcionar uma

compreensão mais aprofundada das políticas públicas de educação financeira e seu impacto na sociedade contemporânea, além de avaliar os efeitos a longo prazo na redução da desigualdade socioeconômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (AEF-Brasil). **Mapeamento nacional das iniciativas de educação financeira**, 2018. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/2-mapeamento/>. Acesso em: 29 de março de 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira**. Brasília: BCB, 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Cidadania Financeira**. Brasília: BCB, 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária**. Brasília: BCB, 2021.

CARDOZO, Juliana. **Um olhar sobre a estratégia nacional de educação financeira - ENEF e sua potencial contribuição para a disseminação da cultura previdenciária**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Brasília: UnB, 2011.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: SALLUM JUNIOR, Brasília (Org.) A pesquisa qualitativa. Enfoques Epistemológicos e Metodológicos. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p.295-316.

ENEF. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br>. Acesso em: 10 de outubro de 2022.

FORTE, Cláudia. **Em busca de um Brasil melhor. Dez anos da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)**. 2ª ed. Riemma Editora: São Paulo, 2021.

FONSECA, Carlos; MEIRELLES, Fernando; DINIZ, Eduardo. **Tecnologia Bancária no Brasil. Uma história de conquistas, uma visão de futuro**. São Paulo, SP: FGV, 2010.

MEC. **MEC apoia inserção da temática educação financeira no currículo da educação básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 de outubro de 2022.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MITCHELL, Olivia; LUSARDI, Annamaria. **Financial Literacy and Economic Outcomes: Evidence and Policy Implications**. Pension Research Council. Philadelphia, 2015.

MONTEIRO, Marcel. **Políticas Públicas**. Gama, DF: UNICEPLAC, 2022. Vol. 2.

OCDE. **Recomendação sobre Princípios e Boas Práticas de Educação Financeira**, 2005.

OCDE. **Financial Literacy and Consumer Protection of the Crisis**, 2009.

OCDE. **Recommendation of the Council on Financial Literacy**, 2022.

ONU. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 12 de outubro de 2022.

OSTERNE, Maria. **Família: seu processo de transformação e sua centralidade nas políticas públicas**. Fortaleza, 2006.

PEREIRA, Fernando. et al. **Estudo de caso sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) no Brasil: uma panaceia em um contexto de financeirização?** Sociedade Brasileira de Economia Política. ENEPE, 2022.

ROMERO, Joréu. **Educação Financeira como Política Pública**. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná. UFPR, 2019.

RIBEIRO, Cristina. **Agenda em políticas públicas: a estratégia de educação financeira no Brasil à luz do modelo de múltiplos fluxos**. Rio de Janeiro: Cad. EBAPE BR, 2020.

SAITO, André. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Administração). USP: São Paulo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia participante**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. Cengage Learning. São Paulo, 2012.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Porto Alegre: Caderno CRH Sociologias, 2006. p. 20-45.

STEWART, Dugald. **Teoria dos sentimentos morais de Adam Smith 1723-1790**. Tradução de Lya Luft. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.